



Ministério de Minas e Energia

CMSE - Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico

ATA DA 169ª REUNIÃO

Data: 1º de junho de 2016

Horário: 14h30

Local: Sala de Reuniões Plenária do MME – 9º andar

Participantes: Lista Anexa

1. ABERTURA

A 169ª Reunião (Ordinária) do CMSE foi aberta pelo Ministro de Estado de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, que pela primeira vez presidiu o Comitê. Em sua fala, o Ministro agradeceu a presença de todos os participantes e apresentou as diretrizes de trabalho do Ministério, que apontam para o diálogo com os agentes e entre as Instituições, respeitados os papéis institucionais de cada um, para o fortalecimento de um ambiente de previsibilidade e confiança no setor, com a redução do intervencionismo estatal visando o aperfeiçoamento do setor elétrico brasileiro.

O Ministro registrou também a presença dos membros convidados, a saber, a Agência Nacional de Águas – ANA e o Cepel. Agradeceu também aos servidores do Ministério de Minas e Energia pelos trabalhos desenvolvidos e solicitou que se efetuasse convite ao ex-diretor geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, Sr. Hermes Chipp, para participar de uma próxima reunião, quando seria homenageado pelos membros do colegiado para o qual contribuiu por muito tempo.

Em seguida, o Secretário de Energia Elétrica do MME, Ildo Wilson Grüdtner, registrou a presença do futuro Secretário Executivo e dos futuros Secretários de Energia Elétrica e de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, como convidados nesta reunião: Sr. Paulo Pedrosa, Sr. Fábio Lopes Alves e Sr. Eduardo Azevedo, respectivamente.

O Sr. Paulo Pedrosa cumprimentou todos e informou as mudanças que seriam introduzidas nos procedimentos internos do colegiado, como a criação de novo regimento interno, que será disponibilizado aos membros para contribuições, e também a interrupção aos convites sistemáticos à Eletrobras para reuniões do CMSE, de forma a valorizar e fortalecer seu papel empresarial, não se confundindo com o papel de

formulação de políticas públicas do Ministério de Minas e Energia. O objetivo das mudanças será dar maior transparência aos trabalhos e processos do CMSE, o que se alinha com a visão do Ministério já apresentada pelo Ministro Fernando Coelho Filho.

O Secretário de Energia Elétrica submeteu à apreciação a Ata da 168ª Reunião (Ordinária) do Comitê, realizada no dia 4 de maio de 2016, sendo aprovada por unanimidade. Foram destacadas ainda as deliberações aprovadas na Ata.

2. AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE ATENDIMENTO ELETROENERGÉTICAS DO SISTEMA INTERLIGADO NACIONAL - SIN

O Cepel apresentou a evolução das Energias Naturais Afluentes – ENAs diárias dos quatro subsistemas do SIN, de dezembro de 2015 a maio de 2016, e a avaliação conjunta do histórico de ENAs do subsistema Sudeste/Centro-Oeste com os demais subsistemas (Sudeste x Nordeste, Sudeste x Sul e Sudeste x Norte), como mecanismo de análise do histórico recente de ENAs de cada mês no mapa de dispersão do histórico de 1931 a 2016.

Além disso, foi apresentada a evolução do armazenamento e das afluições de cada subsistema do ano 2014 a maio de 2016. Diante do cenário mostrado, e considerando as premissas adotadas no Programa Mensal de Operação – PMO de junho de 2016, foram apresentados os riscos de qualquer déficit de energia. Na simulação de desempenho realizada por meio de 2.000 séries sintéticas e despacho térmico por ordem de mérito, foram obtidos riscos de 0,1% e 0,0% para o Sudeste/Centro-Oeste e Nordeste, respectivamente. As simulações realizadas a partir das séries históricas indicaram não haver quaisquer riscos de déficit para estes subsistemas.

O Cepel também apresentou a evolução, desde agosto de 2015, dos riscos de qualquer déficit de energia calculados com base em simulações com séries sintéticas e séries históricas. Os riscos tiveram uma trajetória descendente neste período, sendo nulo ou praticamente nulo nas simulações dos últimos meses.

O desempenho do mecanismo de aversão ao risco CVaR foi avaliado quanto à indicação de despacho de usinas térmicas por ordem de mérito em relação ao total de despacho térmico no período de 2013 a 2015. Apesar de ter havido uma complementação no despacho térmico por ordem de mérito após sua implementação, os parâmetros de controle de aversão ao risco do CVaR vêm se mostrando insuficientes para garantir patamares de armazenamento mais confortáveis. Isto motivou a deliberação do CMSE na sua 166ª reunião de *“encaminhar à CPAMP solicitação de análise referente à avaliação dos parâmetros da metodologia CVaR utilizados nos modelos de simulação de otimização energética de forma a verificar se a solução de equilíbrio entre custos operacionais e segurança energética continua adequada”*.



Em sequência, o ONS apresentou a avaliação das condições do atendimento eletroenergético do SIN. Na hidrometeorologia, destacou que o mês de maio de 2016 foi caracterizado pela atuação de áreas de instabilidade nos estados do Paraná e de Santa Catarina, e pela passagem de frentes frias pelas regiões Sul e Sudeste. Esses sistemas ocasionaram valores significativos de precipitação nas bacias dos rios Iguaçu, Paranapanema, Tietê e na incremental a UHE Itaipu. Nas demais principais bacias do ponto de vista de geração de energia elétrica, os totais de precipitação se situaram abaixo da média climatológica.

Sobre a precipitação futura, conforme avaliação do Grupo de Trabalho de Previsão Estendida do MCTI/MME (CEMADEN/CPTEC/INPE) em reunião realizada em 31 de maio de 2016, há a indicação, para os próximos sete dias, da ocorrência de totais mais significativos na incremental da UHE Itaipu e nas bacias dos rios Paranapanema e Tietê e, em menor medida, nas bacias dos rios Iguaçu e Grande. Nas demais bacias de interesse, não há previsão de chuva significativa.

Para a segunda semana, espera-se um comportamento semelhante ao dos próximos sete dias, com precipitações superiores à média histórica nas bacias dos rios Paraná, Iguaçu, e Paranapanema e chuvas escassas no restante do país.

Para prazos mais estendidos (15-30 dias), as previsões indicam volumes pouco expressivos sobre as regiões Sudeste, Centro-Oeste e sul do Nordeste, condizentes com a época do ano.

O fenômeno do *El Niño* encontra-se em fase de dissipação. As previsões da maioria dos modelos acoplados e oceânicos indicam o provável desenvolvimento de uma fase fria (*La Niña*), em princípio de fraca intensidade, durante o segundo semestre do ano. Todavia, não existe unanimidade em relação ao atingimento de temperaturas e com persistências suficientes para a caracterização do fenômeno *La Niña*.

Em relação à elaboração do PMO de junho de 2016, o ONS destacou que foi atualizada a Curva Referencial de Deplecionamento da UHE Tucuruí e, em função das condições hidroenergéticas desfavoráveis na região Norte, esta região foi conduzida à situação de Norte importador, reduzindo o limite de Recebimento pelo Nordeste para 3.500 MW (cenário Norte importador – limite dinâmico para perda simples).

Além disso, informou que o balanço energético do subsistema Nordeste vem sendo suprido pela geração hidráulica, limitada em torno de 2.400 MW médios devido à manutenção da defluência do rio São Francisco em 800 m³/s, pela geração eólica e pela geração térmica, dimensionada para fechamento do balanço após maximização do Recebimento pelo Nordeste. Com a redução do limite de Recebimento pelo Nordeste, este subsistema poderá demandar maior geração térmica complementar interna ao subsistema.



O ONS ressaltou ainda que o subsistema Norte apresentou, em 2015-2016, o pior período hidrológico de novembro a maio, com reflexo no não-vertimento da UHE Tucuruí, o que ocorreu pela primeira vez desde a sua entrada em operação. Também na bacia do rio São Francisco, estão sendo verificadas condições hidrológicas bastante desfavoráveis, dentre as quais as piores vazões do histórico de afluentes à UHE Sobradinho.

Também informou que, neste PMO, conforme decisão dos membros do Comitê em 25 de maio de 2016, foram atualizados os limites de intercâmbio impactados pelas obras da Abengoa, uma vez que a maioria delas foi postergada para além do horizonte de simulação do PMO (2016-2020).

Como consequência das alterações mencionadas, e também devido ao cronograma de manutenção de usinas térmicas, houve significativo descolamento dos Custos Marginais de Operação – CMO dos subsistemas Nordeste e Norte, em relação aos demais. Nas demais semanas, o CMO do subsistema Nordeste deve ser reduzido devido ao término das intervenções nestas usinas e aumento da disponibilidade térmica neste subsistema.

A respeito dos níveis de armazenamento dos subsistemas, a previsão (valor esperado) é atingir ao final do mês de junho um armazenamento de 55,2% no Sudeste/Centro-Oeste, 85,6% no Sul, 27,1% no Nordeste e 62,8% no Norte, referenciados aos volumes úteis equivalentes.

O ONS apresentou também o impacto atual na geração térmica considerando apenas despacho por ordem de mérito de custo e os respectivos montantes de geração térmica que seriam reduzidos caso fosse considerado o desligamento da geração térmica por garantia de suprimento energético que vinha sendo despachado até R\$ 150 / MWh. Além disso, avaliou os montantes de geração térmica cujo despacho poderá ser necessário, no Nordeste, em função da variação da geração eólica e, no Norte, em função do atendimento à Curva de Deplecionamento da UHE Tucuruí.

Desta maneira, o Comitê deliberou pelo desligamento das usinas térmicas que se encontram em operação fora da ordem de mérito, nos subsistemas Sudeste/Centro-Oeste e Sul, a partir de 4 de junho de 2016. Em função da permanência do cenário hidrológico extremamente desfavorável nos subsistemas Norte e Nordeste, poderá ser necessário manter-se o despacho térmico por garantia de suprimento energético nestes subsistemas, cujo montante será definido em função da produção eólica no subsistema Nordeste e da evolução do armazenamento do reservatório da UHE Tucuruí.

Deliberação: o CMSE deliberou pelo desligamento das usinas térmicas do SIN que se encontram em operação fora da ordem de mérito nos subsistemas Sudeste/Centro-Oeste e Sul, a partir de 4 de junho de 2016. O ONS fica autorizado a realizar despacho térmico por garantia de suprimento energético nos subsistemas Norte e Nordeste, de forma a



preservar os estoques das UHEs Tucuruí e Sobradinho e operar as interligações com critérios de segurança adequados.

Por fim, a ANA reiterou o cenário de escassez hídrica na bacia do rio São Francisco, alertando para a necessidade de prover condições estruturais de enfrentamento da seca na região. Neste sentido, é fundamental serem somados esforços no sentido de adaptar as captações da calha principal do rio para menores vazões defluentes dos reservatórios das usinas hidrelétricas, com foco na recuperação e manutenção de níveis de armazenamento adequados.

Adicionalmente, o Comitê aprovou a Nota Informativa em anexo, que aborda o suprimento de energia elétrica ao SIN.

3. MONITORAMENTO DA EXPANSÃO DA GERAÇÃO E TRANSMISSÃO

A Secretaria de Energia Elétrica – SEE/MME apresentou um balanço das obras de expansão de geração e transmissão de energia elétrica.

Com relação aos empreendimentos de geração, foi apresentado que estão sendo monitoradas 519 usinas, totalizando 35,7 GW de potência. Desde a última reunião ordinária do Comitê, realizada em 4 de maio de 2016, até o dia 1º de junho de 2016, entraram em operação comercial 585 MW de capacidade instalada no SIN, sendo 543 MW referentes a usinas do Ambiente de Contratação Regulada – ACR e 42 MW do Ambiente de Contratação Livre – ACL. Considerando o ano 2016, já entraram em operação comercial 3.274 MW de 1º janeiro a 31 de maio.

Do montante de expansão da oferta de geração desde a última reunião do Comitê, destaca-se a entrada em operação comercial da unidade geradora UG 1 (73 MW) da UHE Cachoeira Caldeirão. Assim, a entrega da primeira unidade geradora desta usina, que está localizada no estado do Amapá, foi antecipada em 8 meses em relação à data estabelecida no ato legal. Ressalta-se ainda que a sua UG 2 (73 MW) já foi liberada para operação em teste, conforme Despacho ANEEL nº 1.329, de 12 de maio de 2016.

Adicionalmente, houve a entrada em operação comercial da UG 36 (70 MW) e da UG 42 (73 MW) da UHE Santo Antônio, em Rondônia, e de unidades geradoras dos parques eólicos 'Baixa do Feijão', no Rio Grande do Norte, e 'Ventos de São Clemente', em Pernambuco, totalizando, respectivamente, 120 MW e 166 MW de capacidade instalada.

Foi mencionado ainda que a UG 2 (39 MW), sítio Pimental, da UHE Belo Monte, foi liberada para operação em teste a partir de 25 de maio de 2016. Já a operação em teste da UG 2 do sítio Belo Monte (611 MW) está prevista para ser iniciada em junho de 2016, com entrada em operação comercial no mês subsequente.



Em relação ao acompanhamento das obras de transmissão, estão sendo monitorados 34,2 mil km de linhas de transmissão e 67,2 GVA de capacidade de transformação, cadastrados na base do Sistema de Gestão da Transmissão – SIGET/ANEEL. Em relação à expansão de abril de 2016, entraram em operação 604 km, relativos à LT 500 kV Luziânia – Pirapora 2 (C1) e à LT 230 kV Ji-Paraná – Pimenta Bueno (C3), dentre outros empreendimentos.

Sobre novos transformadores – TR, neste período foram concluídos 450 MVA, com destaque para a entrada em operação dos TR 1 e 2, 230 kV/138 kV, 150 MVA cada, na SE Curitiba Norte, no Paraná, e do TR 6, 230/69 kV, 100 MVA, na SE Mossoró, no Rio Grande do Norte.

Houve também a entrada em operação de dois reatores nas subestações Pirapora 2 e Pimenta Bueno, totalizando 220 Mvar de equipamentos de compensação de potência reativa.

Por fim, foi destacada a emissão em maio da licença de instalação – LI para o trecho 1.3B da LT 500 kV Araraquara II – Taubaté, com extensão aproximada de 95 km, e da licença de operação – LO para a LT 230 kV Jauru – Porto Velho (C3), com extensão de 987 km.

4. HOMOLOGAÇÃO DAS “DATAS DE TENDÊNCIA” DA OPERAÇÃO COMERCIAL DE USINAS E DA TRANSMISSÃO

O Comitê homologou as datas de tendência para operação comercial das usinas, conforme analisadas na reunião mensal de 19 de maio de 2016 do Grupo de Monitoramento da Expansão da Geração, coordenado pelo DMSE/SEE/MME, e encaminhadas aos membros do CMSE pelo Ofício Circular nº 12/2016-SEE-MME, em 20 de maio de 2016.

As datas de tendência para operação comercial de linhas de transmissão e subestações também foram homologadas pelos membros do Comitê, conforme analisadas na reunião mensal de 18 de maio de 2016, do Grupo de Monitoramento da Expansão da Transmissão, coordenado pelo DMSE/SEE/MME, e encaminhadas aos membros do CMSE pelo Ofício Circular nº 13/2016-SEE-MME, em 27 de maio de 2016.

Em relação à transmissão, foi informado aos presentes que, conforme decisão dos membros do Comitê em 25 de maio de 2016, as datas de tendência dos empreendimentos de transmissão sob responsabilidade da Abengoa, empresa em processo de recuperação judicial, foram consideradas sem previsão, com exceção de algumas obras relativas a barramentos de subestações, cujos processos para autorização já foram iniciados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.



5. AVALIAÇÃO DO ENQUADRAMENTO DE EMPREENDIMENTOS DO SETOR ELÉTRICO EM LICENCIAMENTO AMBIENTAL POR ÓRGÃO FEDERAL

A Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE/MME realizou apresentação sobre a avaliação do enquadramento de empreendimentos do setor elétrico em licenciamento ambiental por órgão federal. Conforme disposto no § 3º do Art. 3º do Decreto Presidencial nº 8.437, de 22 de abril de 2015, a competência para o licenciamento será da União quando caracterizadas situações que comprometam a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético, reconhecidas pelo CMSE, ou quando for relativo à necessidade de sistemas de transmissão de energia elétrica associados a empreendimentos estratégicos, indicada pelo Conselho Nacional de Política Energética – CNPE.

Dessa forma, em 12 de maio de 2016, foi solicitada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL avaliação da SPE/MME quanto ao reconhecimento de nove lotes de empreendimentos de transmissão, previstos no Leilão ANEEL nº 13/2015, 2º Etapa, para enquadramento em licenciamento ambiental por órgão federal. Como resultado, a SPE solicitou manifestação da Empresa de Pesquisa Energética – EPE em relação ao assunto, tendo sido elaborada a Nota Técnica EPE-DEE-NT-058/2016-rev0, que ratificou o interesse sistêmico para a continuidade e segurança do suprimento eletroenergético do SIN de todas as instalações contidas nos estudos EPE-DEE-RE-148/2014 (*Aumento da Capacidade de Transmissão da Interligação Nordeste – Sudeste*) e EPE-DEE-RE-147/2014 (*Estudo para Escoamento do Potencial Eólico da Área Leste da Região Nordeste*).

Assim, tendo em vista as ponderações apresentadas e os benefícios sistêmicos que as obras abaixo elencadas, cuja manifestação de interesse foi solicitada pela ANEEL à SPE, trarão, dentre os quais a possibilidade de escoamento da energia de usinas já contratadas em licitação, a ampliação da interligação Nordeste – Sudeste, que possibilita o intercâmbio eletroenergético entre subsistemas e o paralelismo das linhas em 500 kV ao sistema de interligação Norte – Nordeste/Sudeste, provendo maior confiabilidade ao SIN, o Comitê deliberou pelo reconhecimento de que a não execução dessas obras poderá comprometer a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético no país.



Lote	Sistema de Transmissão	UF	Extensão (km)	Estudo de Planejamento
1	LT, em 500 kV, Sapeaçu - Poções III, C1	BA	260	148/2014
4	LT, em 500 kV, Padre Paraíso 2 - Governador Valadares 6, C2	MG	204	148/2014
5	SE, em 500 kV, Padre Paraíso 2 + Compensador Estático (-150/300) Mvar	MG	-	148/2014
7	LT, em 500 kV, Governador Valadares 6 - Mutum, C2	MG	161	148/2015
8	LT, em 500 kV, Rio das Éguas - Barreiras II, C2	BA	259	147/2016
9	LT, em 500 kV, Barreiras II - Buritirama, C1 SE, em 500 kV, Buritirama	BA	213	147/2017
16	LT, em 500 kV, Janaúba 3 - Presidente Juscelino, C2	MG	337	148/2018
18	SE, em 500 kV, Janaúba 3 + Compensadores Síncronos 2x(-90/150) Mvar	MG	-	148/2019
19	LT, em 500 kV, Presidente Juscelino - Itabira 5, C2	MG	189	148/2020
Subtotal em Linhas de Transmissão			1.623 km	

Deliberação: O Comitê deliberou pelo reconhecimento de que o não cumprimento do cronograma de implantação dos empreendimentos de transmissão elencados na tabela acima poderá comprometer a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético do SIN.

6. GESTÃO DOS CONTRATOS DE CONCESSÃO DE GERAÇÃO COM VISTAS À IMPLANTAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS NO PRAZO CONTRATADO

A Agência Nacional de Energia Elétrica realizou apresentação sobre a metodologia utilizada para a gestão dos contratos de empreendimentos de geração de energia elétrica. Conforme destacado, o objetivo é que, a partir do gerenciamento das diversas questões envolvidas na implantação de uma nova obra, tais como aspectos ambientais, financiamento dos projetos e cumprimento dos cronogramas, os empreendimentos possam ser entregues nos prazos acordados contratualmente, garantindo o suprimento de energia elétrica.

Dessa forma, espera-se que, na etapa de planejamento, haja sinergia entre os segmentos de geração, transmissão e distribuição de energia. Posteriormente, para a implantação bem sucedida no prazo contratual, deve ser realizada a melhor avaliação dos vencedores dos leilões, bem como a análise da viabilidade econômica dos projetos, seguida pela emissão ágil de outorgas e pela realização de fiscalizações que tenham foco preventivo e respaldem a modernização das ações a serem adotadas.

Em relação à atuação da Agência, foi destacado que ela abrange a adoção de medidas preventivas e proativas, assim como ações que visam à solução ou mitigação dos problemas identificados. Além disso, há a integração entre as diversas instâncias envolvidas na implantação dos empreendimentos e a realização de reuniões periódicas com os agentes visando acompanhamento e avaliação.

Tendo em vista o montante expressivo de empreendimentos de geração em implantação e a limitação dos recursos disponíveis pela ANEEL, a gestão de outorgas de geração é realizada para usinas hidrelétricas que possuam contrato de concessão e potência

superior a 50 MW e para usinas térmicas de grande porte que tenham vendido energia em leilão. Ademais, é utilizado um código de cores para classificação das usinas conforme seu *status* de implantação.

Assim, a Agência apresentou a situação de 9 empreendimentos de geração que estão sendo acompanhados conforme a metodologia descrita, dentre os quais 6 são usinas hidrelétricas e 3 usinas térmicas.

Adicionalmente, em complementação à apresentação realizada na 166ª reunião do Comitê, em 2 de março de 2016, a ANEEL apresentou a situação de empreendimentos de transmissão acompanhados conforme sua gestão, tendo sido destacadas às ações referentes ao escoamento da energia das UHE Belo Monte e Teles Pires, ao aumento do intercâmbio Norte – Nordeste, ao escoamento de usinas eólicas no Rio Grande do Sul e à exportação do Norte pela LT 500 kV Tucuruí II – Itacaiúnas – Colinas.

7. INADIMPLÊNCIA DAS DISTRIBUIDORAS

A ANEEL realizou apresentação sobre a inadimplência das distribuidoras, fato que tem sido cada vez mais observado, abrangendo inclusive Contratos de Constituição de Garantias – CCGs.

Nesse sentido, foi apresentado quadro com os maiores débitos intra-setoriais das distribuidoras inscritos no Cadastro Informativo de Créditos Não-Quitados – CADIN e também quadro comparativo entre a receita anual dessas empresas e os débitos intra-setoriais do CADIN. Foi mostrado também o mapeamento das dívidas, com identificação dos credores e devedores pertencentes ao setor elétrico brasileiro.

A Agência destacou então a necessidade de debate sobre solução geral e definitiva para as situações apresentadas, visando especialmente à garantia da continuidade dos serviços prestados e o seu não prejuízo à sociedade.

Em relação ao assunto, o MME informou aos presentes as ações que estão sendo conduzidas por este Ministério para avaliação e solução do problema, que perfazem inclusive a venda de ativos, a exemplo do edital que será lançado para a venda da CELG Distribuição.



8. ATENDIMENTO AOS SISTEMAS ISOLADOS DO PARÁ

A SEE/MME realizou apresentação sobre as condições de suprimento de energia elétrica aos sistemas isolados do Pará, abrangendo as regiões de Faro, Juruti, Terra Santa, Alenquer, Almeirim, Curuá, Gurupá, Monte Alegre, Porto de Moz, Prainha, Afuá, Oeiras do Pará, Cachoeira do Arari, Muaná, Ponta de Pedras, Salvaterra, São Sebastião da Boa Vista e Soure.

Nesse sentido, informou primeiramente que a Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA, concessionária de distribuição responsável pelo atendimento ao local, possui quatro contratos na modalidade de Produtores Independentes de Energia – PIE, que totalizam 31.180 MWh mensais e 59,8 MW de demanda.

Como solução estrutural para atendimento a este mercado, a ANEEL promoveu em abril de 2016 o Leilão de Geração nº 02/2016. No entanto, os trâmites para a contratação deverão se estender até julho de 2016, quando se encerram os contratos vigentes, sendo o início da operação comercial prevista para os novos PIE contratados para fevereiro de 2017, em função da necessidade de implantação e adequação da infraestrutura.

Assim, tendo em vista que o prazo dos contratos vigentes para atendimento ao local já foram prorrogados pela ANEEL por 36 meses, em 2013, a proximidade do término destes contratos e o prazo de implantação da nova estrutura para suprimento, a CELPA solicitou autorização para que, terminando o contrato com o PIE antes da entrada em operação comercial do novo Produtor Independente, o contrato atual seja estendido, sendo o valor relativo à extensão reconhecido na tarifa da concessionária e reembolsado pela Conta de Consumo de Combustíveis – CCC.

Mediante a solicitação do agente, a avaliação apresentada pela SEE e as discussões dos presentes, o CMSE deliberou pela necessidade de contratação de 59,8 MW de geração para suprimento de energia elétrica às regiões.

Deliberação: O CMSE reconhece a necessidade de contratação, em caráter excepcional, do montante de 59,8 MW de geração para atendimento aos sistemas isolados do Pará. O prazo de manutenção da referida geração será até a efetiva entrada em operação da geração térmica resultante do Leilão de Geração nº 02/2016, em atendimento ao rito estabelecido pela Lei nº 12.111/2009 e regramentos complementares.

9. ACOMPANHAMENTO DO ÍNDICE DE GRAVIDADE DAS OCORRÊNCIAS COM INTERRUPTÃO NO SUPRIMENTO DE ENERGIA

Este item foi retirado de pauta, tendo sido disponibilizado aos membros do Comitê o material elaborado pelo ONS referente ao assunto.



10. MONITORAMENTO DA COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

A CCEE fez um relato sobre as liquidações financeiras referentes a fevereiro e março de 2016, realizadas em 19 de maio de 2016, envolvendo agentes que comercializam energia nos Ambientes de Comercialização Regulado – ACR e Livre – ACL.

Do total contabilizado, houve pagamento de cerca de R\$ 1,2 bilhão, o que corresponde a 33% do total. Conforme destacado, o não pagamento verificado deveu-se principalmente às situações que envolvem o *Generation Scaling Factor* – GSF, dentre as quais as liminares concedidas contra a redução do GSF ainda vigentes na data da liquidação e o montante remanescente para pagamento dos agentes que aderiram ao acordo e desistiram de suas ações judiciais relacionadas ao tema.

Em relação à repactuação do risco hidrológico, informou que, desde a última reunião do CMSE, houve a adesão de mais um agente cadastrado na CCEE, totalizando, até o momento, 56 agentes que aderiram ao acordo. Desse montante, 33 agentes quitaram seus débitos na liquidação de janeiro de 2016 e 1 agente possui liminar para pagamento somente a partir da liquidação referente ao mês de maio de 2016, que ocorrerá em julho de 2016.

Dessa forma, a expectativa é que, após o pagamento da liquidação de abril de 2016, a dívida remanescente dos agentes que optaram pelo parcelamento dos débitos do Mercado de Curto Prazo referentes às liminares de GSF extintas em razão da repactuação do risco hidrológico, possibilidade disposta no Despacho ANEEL nº 758/2016, seja de 27% do valor original lançado em janeiro de 2016.

Já em relação ao valor não repactuado, foi mencionado que ele é referente a agentes que participam do ACL, tendo sido externada preocupação em função do montante considerável da dívida existente, superior à R\$ 1 bilhão.

Além disso, foram apresentados os pagamentos realizados nas liquidações de fevereiro e março de 2016, tendo sido destacados os valores recebidos, a abrangência das liminares vigentes para isenção da aplicação das regras de rateio de inadimplência e os valores não pagos em decorrência de inadimplência de alguns agentes.

Por fim, foi relatado o crescimento de 9,5% no número de agentes cadastros na CCEE entre os anos 2015 e 2016, com destaque para a participação dos consumidores especiais, que representam 40,8% do total de agentes. Assim, foram apresentados os dados de migração de consumidores especiais para o ACL e a projeção dessa migração *versus* a garantia física existente advinda de energia incentivada, tendo em vista a obrigatoriedade existente de que esses agentes contratem energia de fontes incentivadas.



Em relação ao assunto, o MME informou que aprofundará as discussões sobre o funcionamento eficiente do mercado livre e do mercado de energia incentivada, juntamente com a CCEE, a ANEEL e as demais instituições envolvidas, tendo em vista a relevância do tema para o setor elétrico brasileiro.

11. ASSUNTOS GERAIS

Olimpíadas 2016

A SEE realizou apresentação sobre a atuação do MME na infraestrutura de energia elétrica para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016, que serão sediados na cidade do Rio de Janeiro e ocorrerão nos meses de agosto e setembro no país.

Em relação ao assunto, destacou primeiramente a construção da SE Olímpica e das linhas de distribuição em 138 kV responsáveis pelo suprimento de energia ao Parque Olímpico da Barra da Tijuca, que representaram investimentos da ordem de R\$ 167 milhões. Estas obras foram contratadas pelo MME e realizadas por consórcio composto por Furnas e Light em atendimento à deliberação da 139ª reunião do CMSE, realizada em janeiro de 2014. Conforme mencionado, os empreendimentos foram entregues conforme prazo contratual estabelecido, 17 meses após o início do processo de contratação.

Além disso, para atendimento aos eventos olímpicos conforme critérios do Comitê Olímpico Internacional, foram realizados reforços e melhorias na rede de distribuição da Light, concessionária de distribuição responsável pelo suprimento de energia à cidade do Rio de Janeiro, cujos investimentos, próprios da empresa, foram da ordem de R\$ 360 milhões. Adicionalmente, foram realizadas obras de média tensão (13,8 kV) em 17 de locais de competições, no valor de R\$ 40 milhões, com recursos do orçamento da União via Conta de Desenvolvimento Energético – CDE.

E ainda, em relação a reforços e melhorias na infraestrutura do SIN, foram realizados investimentos de cerca de R\$ 330 milhões em obras do sistema de transmissão de Furnas.

Especificamente em relação à atuação da SEE, foi destacada a realização de vistorias em aeroportos, bases aéreas e em Centros Integrados de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo – CINDACTAs no Rio de Janeiro e nas demais cidades que serão sede dos jogos olímpicos de futebol, resultando, eventualmente, na identificação de melhorias para as instalações. Além disso, foi mencionada a coordenação da elaboração e implantação do Plano Diferenciado de Operação do SIN com vistas à garantia da máxima segurança e continuidade no fornecimento de energia elétrica ao evento. E ainda, foi ressaltado o monitoramento da elaboração e implantação do Plano Diferenciado de




Operação e Manutenção do sistema de distribuição da Light referente ao período dos Jogos Rio 2016.

Foram destacadas ainda as ações referentes à contratação da energia temporária e o andamento das principais obras referentes a subestações e linhas ainda não concluídas, cujos prazos de finalização são para os meses de junho e julho de 2016.

Por fim, foi ressaltada a necessidade e a importância da articulação e cooperação entre todas as instituições do setor elétrico brasileiro envolvidas com os Jogos Olímpicos de forma a viabilizar e garantir o sucesso do maior evento esportivo mundial.

Nesse sentido, a SEE informou que encaminhará ofício à ANEEL dispondo sobre a necessidade de gestão da Agência junto aos agentes de transmissão visando à adoção de ações para a mitigação de riscos de desligamentos em linhas de transmissão por queimadas, a exemplo da limpeza das faixas de servidão, fato potencializado durante o período seco, quando também ocorrerão os Jogos Olímpicos no país.

Nada mais havendo a tratar, e na ausência do Ministro ao final da reunião, eu, Ildo Wilson Grüdtner, Secretário-Executivo do CMSE, dei por encerrados os trabalhos, determinando a lavratura desta ata que, após aprovada pelos membros, vai assinada por mim.



ILDO WILSON GRÜDTNER
Secretário-Executivo do CMSE

LISTA DE PARTICIPANTES

NOME	ÓRGÃO
Ildo Wilson Grüdtner	MME
João José de Nora Souto	MME
Paulo Pedrosa	MME
Fábio Lopes Alves	MME
Eduardo Azevedo	MME
Romeu Rufino	ANEEL
Tiago Barros Correa	ANEEL
André Pepitone da Nóbrega	ANEEL
José Jurhosa Jr.	ANEEL
Reive Barros Santos	ANEEL
Rui Guilherme A. Silva	CCEE
Solange David	CCEE
Edvaldo Luís Risso	MME
Moacir Carlos Bertol	MME
Robésio Maciel de Sena	MME
Maurício Tolmasquim	EPE
Amilcar G. Guerreeiro	EPE
Luis Eduardo Barata Ferreira	ONS
Francisco Arteiro	ONS
Jose Cesário Cecchi	ANP
Albert Melo	CEPEL
Maria Elvira Maceira	CEPEL
Vicente Andreu Guillo	ANA
Ricardo S. Homrich	MME
Domingos Romeu Andreatta	MME
João Daniel de Andrade Cascalho	MME
Renato Dalla Lana	MME
Rodrigo Pereira de Mello	MME
Christiano Vieira da Silva	ANEEL
Paulo Felix Gabardo	ANEEL

8

José Brito Trabuco	MME
André Grobério Lopes Perim	MME
Rodrigo Fornari	MME
Andre Krauss	MME
Symone C. S. Araújo	MME
Aldo Barroso Cores Jr.	MME
Thiago Guilherme Ferreira Prado	MME
Ricardo Monteiro	MME
Ricardo Suassuna	MME
Elizeu Pereira Vicente	MME
Bianca Maria M. de Alencar Braga	MME
Guilherme Silva de Godoi	MME
Manoel Clementino Barros Neto	MME
Igor Souza Ribeiro	MME

